

**EDcl no ARE no RE no AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº
1.065.972 - MG (2017/0050543-2)**

RELATORA : MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
EMBARGANTE : CINARA MENEZES ZIMERER LIMA
EMBARGADO : CRISTINA GAVA BANDEIRA
EMBARGADO : MUCIO CEVOLA LOPES BANDEIRA
ADVOGADOS : ADALTO DA SILVA ROCHA - MG048193
ROSAMELIA DE SOUZA LIMA APOLINARIO E OUTRO(S) -
MG079258
INTERES. : MARCO AURÉLIO LIMA
ADVOGADO : FRANCISCO SALES DANTAS E OUTRO(S) - BA038052

DESPACHO

Trata-se de recurso extraordinário, interposto por CINARA MENEZES ZIMERER LIMA, contra acórdão prolatado pela Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça.

O recurso extraordinário teve seguimento negado conforme ementa *in verbis* (fl.756):

RECURSO EXTRAORDINÁRIO. PRINCÍPIOS DO CONTRADITÓRIO, DA AMPLA DEFESA, DO DEVIDO PROCESSO LEGAL E DOS LIMITES DA COISA JULGADA. ANÁLISE DA ADEQUADA APLICAÇÃO DE NORMAS INFRACONSTITUCIONAIS. INEXISTÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL. TEMA 660/STF. PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE. RECURSO DA COMPETÊNCIA DESTA CORTE. MATÉRIA DE NATUREZA INFRACONSTITUCIONAL. INEXISTÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL. TEMA 181/STF. SEGUIMENTO NEGADO.

A parte ainda interpôs agravo em recurso extraordinário, que não foi conhecido em acórdão assim ementado (fl. 779):

AGRAVO EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO. RECURSO EXTRAORDINÁRIO A QUE SE NEGOU SEGUIMENTO.

SISTEMÁTICA DA REPERCUSSÃO GERAL. RECURSO MANIFESTAMENTE INCABÍVEL. ART. 1.030, § 2º, DO CPC.

IMPOSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE RECURSAL. PRAZO RECURSAL NÃO INTERROMPIDO. CERTIFICAÇÃO DO TRÂNSITO EM JULGADO. AGRADO NÃO CONHECIDO.

1. Conforme previsão do artigo 1.030, § 2º, do Estatuto Processual Civil, é cabível agravo interno contra a decisão que negar seguimento a recurso extraordinário que discuta questão constitucional na qual o Supremo Tribunal Federal não tenha reconhecido a existência de repercussão geral ou interposto contra acórdão que esteja em conformidade com entendimento do Excelso Pretório exarado no regime de repercussão geral.

2. A interposição de agravo em recurso extraordinário em face de decisão que negou seguimento ao recurso extraordinário, nos termos do artigo 1.030, inciso I, alínea "a", do Código de Processo Civil, evidencia a ocorrência de erro grosseiro, a impossibilitar a aplicação do princípio da fungibilidade recursal ao caso.

3. Tratando-se de recurso manifestamente incabível, que não suspende nem interrompe o prazo para a interposição de outro recurso, verifica-se a ocorrência do trânsito em julgado da decisão que negou seguimento ao recurso extraordinário.

4. Agravo em recurso extraordinário não conhecido.

A Coordenadoria de Recursos Extraordinários certificou que o trânsito em julgado ocorreu em 24/10/2018 (fl. 800).

Em momento posterior ao efetivo trânsito em julgado, a peticionária interpôs o presente embargos de declaração, protocolado eletronicamente em 27/12/2018.

Não há mais nada a prover na espécie.

Consoante demonstrado, o trânsito em julgado da decisão que negou seguimento ao recurso extraordinário da recorrente já foi, há muito, certificado nestes autos (fl. 800), sendo manifestamente incabível o presente recurso.

A prestação jurisdicional, na espécie, foi exaurida, no que competia ao Superior Tribunal de Justiça e à Vice-Presidência desta Corte.

Feitas essas considerações, **fica determinado o arquivamento imediato de quaisquer outras manifestações, dispensando o envio de expediente avulso à Vice-Presidência.**

Publique-se.

Intime-se.

Brasília, 13 de fevereiro de 2019.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Vice-Presidente